**TERMO DE REFERÊNCIA**

**MENOR PREÇO**

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS, EM APOIO A ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS DE ENGENHARIA, NOS MUNICÍPIOS LOCALIZADOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6° SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF, NO ESTADO DA BAHIA.**

**Outubro/2019**

**ÍNDICE**

[1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO 3](#_Toc22300271)

[2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES 3](#_Toc22300272)

[3. REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO. 5](#_Toc22300273)

[4. LOCALIZAÇÃO DO OBJETO 5](#_Toc22300274)

[5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS 6](#_Toc22300275)

[6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO 12](#_Toc22300276)

[7. PROPOSTA 13](#_Toc22300277)

[8. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO 14](#_Toc22300278)

[9. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 15](#_Toc22300279)

[10. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA 16](#_Toc22300280)

[11. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO 16](#_Toc22300281)

[12. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS 18](#_Toc22300282)

[13. ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO 18](#_Toc22300283)

[14. ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS 19](#_Toc22300284)

[15. APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS 20](#_Toc22300285)

[16. FISCALIZAÇÃO 20](#_Toc22300286)

[17. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS 22](#_Toc22300287)

[18. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO 22](#_Toc22300288)

[19. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL 23](#_Toc22300289)

[20. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA 24](#_Toc22300290)

[21. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF 26](#_Toc22300291)

[22. CONDIÇÕES GERAIS 26](#_Toc22300292)

[23. ANEXOS 27](#_Toc22300293)

**TERMO DE REFERÊNCIA**

# OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação dos serviços Topográficos, em apoio a elaboração de projetos básicos de engenharia, nos municípios da área de atuação da 6° Superintendência Regional da CODEVASF (6ªSR), no estado da Bahia, conforme planilha orçamentária.

# TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

**ÁREA DA 6ª SR**– Unidade da administração superior da Codevasf, a qual está afeta as demais unidades técnicas que têm, dentre suas competências, a fiscalização e a coordenação dos serviços de engenharia objeto deste Termo de Referência.

**CODEVASF** – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF. Como responsável pelo acompanhamento dos presentes serviços está a 6ª Superintendência Regional da Codevasf, que se localiza na Avenida Comissão do Vale, S/N, Juazeiro / BA.

**CONTRATADA** – Empresa licitante selecionada e contratada pela Codevasf para a execução dos serviços.

**CONTRATO** – Documento, subscrito pela Codevasf e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

**FISCALIZAÇÃO** – Equipe da Codevasf indicada para exercer, em sua representação, a fiscalização do contrato.

**LICITANTE** – Empresa habilitada para apresentar proposta.

**NOTA DE EMPENHO** – Documento utilizado para registrar as operações que envolvam despesas orçamentárias, onde é indicado o nome do credor, a especificação e a importância da despesa.

**PCMAT** – Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho é um programa cujo objetivo é prevenção dos riscos e a informação e treinamento dos operários que ajudarão a reduzir as chances dos acidentes e suas consequências quando são produzidos.

**PCMSO** – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional é um programa que deve ser elaborado e implantado em todas as empresas que possuam funcionários registrados. A obrigatoriedade da implantação do PCMSO é dada pela NR 07, em seu item 7.1.1: "Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores". O objetivo do PCMSO é estabelecer um sistema de detecção precoce de doenças relacionadas ao trabalho. Como parte integrante do PCMSO é realizada os seguintes exames médicos ocupacionais: pré-admissionais, periódicos, retorno ao trabalho, mudança de função e demissionais.

**PLANO DE TRABALHO** – Documento que descreve a sequência de fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, indicando, inclusive, o tempo a ser gasto em cada uma.

**PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL DA OBRA -** PCAO consiste numa ferramenta de gerenciamento das atividades corriqueiras, relacionadas à questão ambiental, na fase de construção de obras, de forma a evitar, minimizar e controlar os impactos ambientais relacionados. Esse plano, elaborado por uma equipe especializada em meio ambiente, estabelece diretrizes e procedimentos para a aplicação adequada de medidas ambientais a serem executadas na Área Diretamente Afetada – ADA da obra. Esse plano tem como objetivo geral assegurar, de forma integrada, que as ações ambientais aqui propostas, sejam implantadas, de forma a zelar pela qualidade ambiental da obra.

Como objetivos específicos:

1. Executar a obra de forma a evitar, controlar e/ou mitigar os impactos ambientais associados;
2. Estabelecer diretrizes que zelem pela melhor qualidade ambiental possível da água, solo, ar, fauna e flora;
3. Executar trabalhos de educação ambiental junto aos operários da obra;
4. Evitar interferências negativas, das atividades na obra e dos seus colaboradores sobre o meio ambiente.

**PPRA** – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais é um conjunto de ações visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. São considerados riscos ambientais os agentes químicos, físicos e biológicos. São considerados fatores de riscos ambientais a presença destes agentes em determinadas concentrações ou intensidade. O tempo máximo de exposição do trabalhador a esses agentes é determinado por limites pré-estabelecidos.

**PROJETO BÁSICO** – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilita a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

1. Desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global do empreendimento e identificar seus elementos constitutivos com clareza;
2. Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a restringir a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de implantação do empreendimento a situações devidamente comprovadas em ato motivado da administração pública;
3. Identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à implantação do empreendimento, bem como especificações que assegurem os melhores resultados para o mesmo;
4. Informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a implantação do empreendimento;
5. Subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da implantação do empreendimento, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso, exceto, em relação à respectiva licitação, na hipótese de contratação integrada;

**PROJETO EXECUTIVO** – É o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

**PROPOSTA DE PREÇOS** – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

**PROPOSTA TÉCNICA** – Documento apresentado, fundamentado no detalhamento estabelecido neste Termo de Referência, subsidiado por justificativas metodológicas, bem como dos recursos humanos e materiais, definidos e quantificados a critério do concorrente licitante, segundo os quais o mesmo se propõe a executar os serviços.

**RELATÓRIO FINAL** – Documento elaborado pela contratada, prevista ao término dos trabalhos objeto deste Termo de Referência, no qual é apresentado o relato dos serviços executados.

**RELATÓRIO MENSAL DE ANDAMENTO** – Documento a ser emitido pela contratada, com o resumo da situação física e financeira, contendo: cumprimento da programação, ocorrências, recomendações, além de conclusões e projeções a respeito de prazos e custos. Este documento deverá ser apresentado pelo concorrente licitante, que evidencia o resultado parcial da execução dos serviços ou de componentes dos serviços para acompanhamento mensal dos serviços prestados.

**REUNIÃO DE PARTIDA** – Reunião com as partes envolvidas, CONTRATADA, Codevasf e fornecedores, onde se define todos os detalhes do plano de trabalho e dá-se o “start up” da execução das obras.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL** – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da Codevasf, situada em Juazeiro/BA, em cuja jurisdição territorial localiza-se os serviços objeto deste Termo de Referência.

**TERMO DE REFERÊNCIA** – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados ou os bens a serem fornecidos.

# REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.

## **Regime de Execução:** Empreitada por Preço Unitário

## **Valor estimado**: **R$ 726.947,90** (setecentos e vinte e seis mil, novecentos e quarenta e sete reais e noventa centavos).

## **Critério de Julgamento:** A presente licitação é do tipo “Menor Preço”

# LOCALIZAÇÃO DO OBJETO

## Os serviços serão executados em municípios diversos inseridos na área de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF em comunidades na zona urbana e rural ou na Sede dos seguintes municípios:

| **MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA** | | | |
| --- | --- | --- | --- |
| ABARÉ | CRUZ DAS ALMAS | MIGUEL CALMON | RUY BARBOSA |
| ACAJUTIBA | CURAÇÁ | MILAGRES | SANTA BÁRBARA |
| ADUSTINA | ESPLANADA | MIRANGABA | SANTA BRÍGIDA |
| ANDARAÍ | EUCLIDES DA CUNHA | MONTE SANTO | SANTA TERESINHA |
| ANDORINHA | FÁTIMA | MORRO DO CHAPÉU | SANTALUZ |
| ANGUERA | FEIRA DE SANTANA | MUCUGÊ | SANTO ESTÊVÃO |
| ANTAS | FILADÉLFIA | MUNDO NOVO | SÃO DOMINGOS |
| ANTÔNIO CARDOSO | GAVIÃO | MURITIBA | SÃO FELIPE |
| ANTÔNIO GONÇALVES | GLÓRIA | NORDESTINA | SÃO FÉLIX |
| APORÁ | GOVERNADOR MANGABEIRA | NOVA FÁTIMA | SÃO GONÇALO DOS CAMPOS |
| ARACI | HELIÓPOLIS | NOVA ITARANA | SÃO JOSÉ DO JACUÍPE |
| BAIXA GRANDE | IAÇU | NOVA REDENÇÃO | SAPEAÇU |
| BANZAÊ | IBICOARA | NOVA SOURE | SÁTIRO DIAS |
| BARRA DA ESTIVA | IBIQUERA | NOVO TRIUNFO | SAÚDE |
| BARROCAS | ICHU | OLINDINA | SENHOR DO BONFIM |
| BIRITINGA | INHAMBUPE | OUROLÂNDIA | SENTO SÉ |
| BOA VISTA DO TUPIM | IPECAETÁ | PALMEIRAS | SERRA PRETA |
| CABACEIRAS DO PARAGUAÇU | IPIRÁ | PARIPIRANGA | SERRINHA |
| CACHOEIRA | IRAMAIA | PAULO AFONSO | SERROLÂNDIA |
| CAÉM | IRAQUARA | PÉ DE SERRA | SÍTIO DO QUINTO |
| CALDEIRÃO GRANDE | ITABERABA | PEDRO ALEXANDRE | SOBRADINHO |
| CAMPO ALEGRE DE LOURDES | ITAETÊ | PILÃO ARCADO | TANQUINHO |
| CAMPO FORMOSO | ITAPICURU | PINDOBAÇU | TAPIRAMUTÁ |
| CANDEAL | ITATIM | PINTADAS | TEOFILÂNDIA |
| CANSANÇÃO | ITIÚBA | PIRITIBA | TUCANO |
| CANUDOS | JACOBINA | PLANALTINO | UAUÁ |
| CAPELA DO ALTO ALEGRE | JAGUARARI | PONTO NOVO | UMBURANAS |
| CAPIM GROSSO | JANDAÍRA | QUEIMADAS | UTINGA |
| CASA NOVA | JEREMOABO | QUIJINGUE | VALENTE |
| CASTRO ALVES | JUAZEIRO | QUIXABEIRA | VÁRZEA DA ROÇA |
| CHORROCHÓ | JUSSIAPE | RAFAEL JAMBEIRO | VÁRZEA DO POÇO |
| CÍCERO DANTAS | LAJEDINHO | REMANSO | VÁRZEA NOVA |
| CIPÓ | LAMARÃO | RETIROLÂNDIA | WAGNER |
| CONCEIÇÃO DA FEIRA | LENÇÓIS | RIACHÃO DO JACUÍPE |  |
| CONCEIÇÃO DO COITÉ | MACAJUBA | RIBEIRA DO AMPARO |  |
| CONDE | MACURURÉ | RIBEIRA DO POMBAL |  |
| CORONEL JOÃO SÁ | MAIRI | RIO REAL |  |
| CRISTÓPOLIS | MARACÁS | RODELAS |  |

# DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

**Os serviços objeto do presente Termo de Referência compreendem:**

5.1 – Realização de levantamentos planimétricos e/ou altimétricos, na atualização do cadastro das obras em Geral (As Built), de áreas, eixos de adutoras, emissários, interceptores, redes coletoras, cadastros de obras civis diversas, aguadas, estradas, barragens etc., bem como, quaisquer outros serviços topográficos solicitados e com os equipamentos previstos, devendo ser entregues em meio digital e impresso (cadernetas - quando do uso de nível automático, desenhos, etc.), com desenhos em escala adequada ao seu objetivo ou conforme a NBR 15777/09 quando couber. Os formatos das pranchas dos desenhos, bem como os carimbos padrões serão fornecidos pela fiscalização da CODEVASF.

5.2 - As equipes contratadas receberão da fiscalização – sempre na pessoa do coordenador de campo, em formulário próprio, a programação das tarefas com data de início e previsão de conclusão dos serviços de campo e escritório (Ordem de serviço); Na ocasião da emissão de cada Ordem de Serviço (OS), a Contratada poderá ser convocada a participar de reunião com a Fiscalização, na qual será realizado o estudo dos projetos da obra e o planejamento dos serviços a serem executados, ocasião em que poderá ser estimado o número de diárias necessárias para a realização dos levantamentos in loco, **e, quando for o caso**, definindo o número de dias para serviço em escritório.

5.3 - Os topógrafos transmitirão para o escritório diariamente, via internet ou outro meio mais ágil, os arquivos digitais brutos (sem uso de software topográfico) extraídos da estação total e do GPS para processamento dos desenhos; quando não for possível tal transmissão, por falta de sinal no modem – na região de localização dos levantamentos -, o **topógrafo deverá descarregar, diariamente, os arquivos digitais brutos** – sem uso de software topográfico - e enviá-los o quanto antes para processamento em escritório; deverão ser enviados também quaisquer outros dados digitais necessários aos serviços em escritório;

5.4 – Para a execução dos serviços a empresa considerará nos seus custos um deslocamento médio diário da ordem de 250 km, sendo que eventuais discrepâncias nessa estimativa deverão ser absorvidas financeiramente pela contratada;

5.5 - A coordenação dos trabalhos da equipe será de responsabilidade do gestor do contrato e do Coordenador de Campo da contratada. A principal característica dessa equipe é de **“equipe a disposição da 6ª SR”**, para execução de serviços.

5.6 – Especificações mínimas dos equipamentos, acessórios e softwares **para cada equipe**:

5.6.1 – Veículo no período do contrato com, no mínimo, ar-condicionado e direção hidráulica, motor 1.6 ou superior, tipo pick-up, capacidade para 05 pessoas, em estado de novo, com no máximo 5000 km rodados, para essa finalidade, de cor branca, identificado com os dizeres conforme normativo da CODEVASF;

5.6.2 – Estação Total com as seguintes características - classe 2 conforme NBR 13.133/94, leitura direta de 1" (um segundo arco) e precisão de ± 02” (dois segundos de arco) e leituras de distancias com precisão de ± (5mm + 5ppm), com capacidade de armazenamento de dados suficiente para cada levantamento, bem como todos os acessórios necessários tais como tripé, prisma, bastão e cabo de comunicação com o computador etc.

5.6.3 – GPS de navegação com cabo para descarga de dados via porta USB;

5.6.4 – Um Notebook - 08 GB de memória - HD 500 GB – mouse óptico; para uso em campo;

5.6.5 – Um modem de conexão ilimitada com internet 3G; para uso em campo;

5.6.6 – Telefone celular para comunicação do topógrafo com a fiscalização;

5.6.4 – Um Notebook - 08 GB de memória - HD 500 GB – mouse óptico; para uso em escritório;

5.6.8 - Impressora colorida – Tamanho A3;

5.6.9 – Software topográfico para processamento de cálculos e desenhos - via original;

5.6.10 - Software CAD para conclusão e acabamento de desenhos – via original;

5.6.11 - Utensílios e equipamentos necessários à manutenção da equipe em campo;

5.7 – A LICITANTE deverá compor a equipe de campo e escritório de acordo com as qualificações mínimas abaixo indicadas e apresentar, juntamente com a documentação exigida na licitação, os comprovantes exigidos conforme especificados:

| **Função** | **Grau de instrução**  **mínimo** | **Comprovação de escolaridade** | **Tipo de experiência profissional** | **Comprovação de experiência** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Topógrafo | 2º grau ou Ensino médio completo | Certificado ou declaração de conclusão | Prático ou técnico | CTPS ou contratos |
| Auxiliar de Topógrafo | 1º grau ou Ensino médio completo | Certificado ou declaração de conclusão | Prático | CTPS ou contratos |
| Desenhista Cadista | 2º grau ou ensino médio completo | Diploma ou declaração | Técnico | CTPS ou contratos |
| Coordenador de campo | 3º grau completo | Diploma ou declaração | Técnico | CTPS ou contratos |

5.7.1 – Para o Topógrafo – 2º Grau, comprovado pelo Certificado de Conclusão ou Declaração da Unidade de Ensino – Prático ou técnico - Com de experiência comprovada pela CTPS ou Contratos de trabalho na função exigida por esse termo de referência;

5.7.1.1 – O topógrafo deve ter conhecimentos mínimos da operação do software topográfico;

5.7.2 – Para o Desenhista/Cadista - 2º Grau técnico em edificações, ou saneamento, ou agrimensura, ou cartografia, ou estradas, ou curso técnico em Desenho CAD, comprovado pelo Certificado de Conclusão ou Declaração da Unidade de Ensino - com experiência comprovado por CTPS ou contratos de trabalho na função exigida por esse termo de referência;

5.7.3 – Para os Ajudantes de Topografia – Prático, dispensada a comprovação de experiência;

5.7.4 - Coordenador de campo (Engenheiro Civil) – o mesmo profissional indicado para fins de habilitação técnica da licitação, admitindo-se outro profissional de qualificação equivalente, desde que seja comprovada a experiência na função e seja previamente aprovado pela CODEVASF; com experiência comprovada por CTPS ou contratos de trabalho na função exigida por esse termo de referência;

5.7.4.1 - O coordenador de campo deverá comparecer sempre na montagem de cada serviço, transmitindo as orientações necessárias à sua equipe. Antes da conclusão das tarefas de um determinado serviço o coordenador terá de se certificar que todos as metas previstas na ordem de serviço foram alcançadas, evitando retorno desnecessário ao mesmo local.

5.7.4.2 – A visita do coordenador de campo nos locais do serviço de campo deverá ser comprovada, à priori, por fotografias, GPS ou outro meio definido pela CODEVASF.

5.7.4.3 – As funções mínimas do Coordenador de campo são:

1. Procurar a fiscalização para receber dela a ordem de serviço inicial e seguintes e distribuir a(s) atividade(s) com a(s) equipe(s) de campo, adequando as mesmas às normas e exigíveis deste termo de referência, especificações técnicas, edital e contrato;
2. Comunicar todo e qualquer problema – mesmo que provável - ocorrido em campo ou escritório que possa alterar as especificações repassadas pela fiscalização e especificações técnicas, bem como comunicar, por escrito, via carta (em meio físico) a impossibilidade de atender (total ou parcialmente) o prazo estipulado pela fiscalização, antes do final do prazo de entrega previsto na ordem de serviço e em tempo hábil para a aceitação e adequação por parte da fiscalização;
3. Procurar a fiscalização para receber dela a ordem de serviço seguinte a anterior, antes do final da execução da ordem de serviço em andamento, quando aproveitará para atualizar a fiscalização sobre o andamento do serviço atualmente em execução, de maneira que a equipe de serviço possa ter frente de serviço durante todos os dias úteis previstos durante a vigência do contrato.
4. Apresentar à fiscalização o plano de trabalho conforme especificações técnicas;
5. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos nas Ordens de Serviço.
6. Deverá, em conjunto com a fiscalização, elaborar plano de serviços contínuos, semanalmente, para o(s) Desenhista(s)/Cadista(s), pois o(s) mesmo(s) executará(ão) serviços conforme item 3.8 abaixo.

5.8 – O Desenhista Cadista, cumprindo expediente nas dependências da CONTRATADA, executará os trabalhos referentes aos serviços de campo da equipe da contratada, bem como, estará à disposição para execução de trabalhos da CODEVASF;

5.9 – Dado o caráter itinerante dos serviços de campo, a empresa contratada deve levar em conta os custos das estadias da equipe, considerando: hospedagem, refeições, combustível etc.

5.10 - Os serviços topográficos executados deverão seguir:

* As normas da ABNT, especialmente a NBR 13.133/94 e 15.777/09;
* Demais legislações, normas e orientações aos levantamentos topográficos e geodésicos aplicáveis em território nacional;
* As disposições legais da União, do Estado da Bahia e municípios da área de atuação da CODEVASF;
* As normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
* As normas regulamentadoras relativas à segurança do trabalho;
* As necessidades específicas de cada projeto apontadas pela fiscalização.

5.11 – Pode ocorrer de a fiscalização solicitar à CONTRATADA que algum serviço seja prestado nas dependências da CODEVASF, em dias, horários e períodos a combinar previamente com a mesma. Nesta ocasião deverão ser trazidos os equipamentos, softwares e equipe (anteriormente listados) necessários ao desenvolvimento dos trabalhos.

5.12 - Todos os relatórios técnicos de campo e de serviços de escritório serão submetidos à aprovação da Fiscalização, para verificação da aderência às obrigações contratuais, inclusive quanto às estabelecidas neste Termo de Referência.

5.13 - Os serviços de campo e escritório previstos neste termo de referência não estão vinculados. Pode ser expedida Ordem de Serviço exclusivamente para levantamento(s) topográfico(s) em campo ou para serviços técnicos de escritório, ou para ambos.

5.14 – Todos os equipamentos, acessórios, softwares e equipe envolvida nos trabalhos deverão ser apresentados à fiscalização para fins de verificação da adequação dos mesmos frente às exigências deste Termo de Referência, antes do início dos serviços.

5.15 – A licitante deverá atender as seguintes exigências do CREA/BA:

5.15.1 – Comprovação/Protocolo de visto da empresa para contratos com validade de até 360 dias;

5.15.1.1 – A empresa que tiver seu contrato aditivado após este período passa a ter a obrigatoriedade de efetivar o seu registro na Bahia;

5.15.2 – Certidão de Registro de Quitação (CRQ) do ano em exercício para contratos que ultrapassem o período de 360 dias;

5.15.3 – Apresentação da CRQ do ano em exercício ao serem aditivados os contratos;

5.15.4 – Emissão das ARTs de serviço - após 10 (dez) dias da assinatura do contrato – referente às atividades executadas pela CONTRATADA;

5.15.5 – Emissão das ARTs de Desempenho de Cargo e Função Técnica juntamente com as ARTs de serviço de todos os profissionais contratados pela CONTRATADA;

5.15.6 – Apresentação dos programas referentes à área de segurança do trabalho com a respectiva ART para obedecer as NRs 09 e 18 regulamentadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

5.16 - Considera-se para a definição de início de jornada diária de trabalho da equipe de campo:

“Presença de toda a equipe de topografia contratada, com todos os equipamentos, acessórios, veículo e pessoal especificados nesse termo de referência, com dez minutos de antecedência antes do horário de início do expediente em cada local de tarefas previamente programadas pela fiscalização”.

5.17 - Considera-se para a definição de final de jornada diária de trabalho da equipe de campo:

“Presença de toda a equipe de topografia contratada até o último minuto da jornada de trabalho no local da tarefa solicitada”.

5.18 - Jornada de trabalho da equipe no campo:

|  |  |
| --- | --- |
| **De segunda a Sexta:** | |
| **Manhã** |  |
| Início da jornada: | 07 h 30 min |
| Fim da jornada: | 11 h 30 min |
| **Tarde** |  |
| Início da jornada: | 13 h 00 min |
| Fim da jornada: | 17 h 00 min |

5.19 - Jornada de trabalho da equipe no escritório:

|  |  |
| --- | --- |
| **De segunda a Sexta:** | |
| **Manhã** |  |
| Início da jornada: | 08 h 00 min |
| Fim da jornada: | 12 h 00 min |
| **Tarde** |  |
| Início da jornada: | 13 h 30 min |
| Fim da jornada: | 17 h 30 min |

5.20 - Não será computado para efeito de medição o tempo de deslocamento e de retorno das equipes entre o escritório (ou o seu local de hospedagem) e o local da tarefa programada pela fiscalização.

5.21 - A Contratada deverá, salvo justificativa devidamente motivada, aprovada pela Fiscalização, apresentar, em cada levantamento de campo realizado, produtividade média diária igual ou maior que as referências a seguir estabelecidas de produtividade média diária, para os seguintes serviços:

- Levantamento topográfico planialtimétrico de terreno – 3,00 ha/dia;

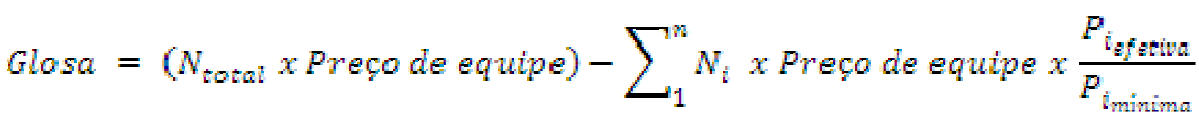
- Levantamento planialtimétrico de seções transversais – 1km/dia.

5.22 - As produtividades apresentadas fundamentam-se nas seguintes premissas básicas:

* Obediência à norma NBR 13.133/94 da ABNT para levantamentos topográficos;
* Topografia da área com declividade média de até 15%;
* Cobertura vegetal abaixo de 1 metro de altura;
* Acessibilidade à área de trabalho sem dificuldades;
* Deslocamento médio diário de até 100 km, somadas ida e volta da sede da empresa, e;
* Jornada de trabalho de 8:00 h diárias.

5.23 - Na ausência de referência de produtividade média para algum serviço, ela será acertada durante o planejamento dos trabalhos.

5.24 - Caso as produtividades médias diárias alcançadas em determinado serviço (levantamento planialtimétrico de terreno, levantamento de seções etc.) sejam menores que os valores mínimos, a CONTRATANTE poderá glosar os pagamentos devidos proporcionalmente à perda de produtividade em cada serviço, salvo em casos excepcionais, mediante aceite, pela Fiscalização, das justificativas apresentadas pela Contratada para o não atingimento dos valores mínimos mencionados. A glosa por não atingir a produtividade mínima, conforme especificado no parágrafo acima, será calculada pela seguinte fórmula:



Onde:

Ntotal = Quantidade total de dias de fornecimento da equipe de topografia

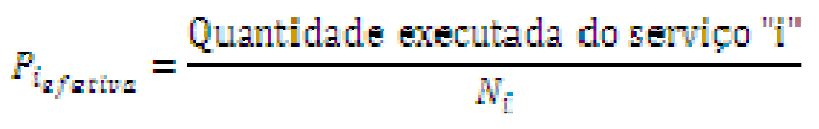
Preço de equipe = Preço contratado de diária para fornecimento de equipe de topografia

n = Quantidade de serviços distintos compreendidos numa mesma Ordem de Serviço

Ni = Quantidade de dias da equipe de topografia na execução do Serviço “i”

Pi mínima = produtividade mínima de referência estabelecida para o serviço “i”

Pi efetiva = produtividade média diária calculada por serviço “i” dada por:



5.25 - De forma exemplificativa, são condições que justificam produtividades menores que as referências ora estipuladas:

- Topografia da área com declividade média superior a 15%;

- Cobertura vegetal com mais de 1 metro de altura;

- Dificuldades de acesso à área de trabalho;

- Deslocamento diário acima de 100km (considerando ida e volta) entre o local de hospedagem e o de realização dos serviços;

- Chuvas em volume acima de 15 mm diários;

- Nos casos em que a CONTRATADA houver comparecido ao local previsto para levantamentos topográficos, porém, por razões atribuíveis a CODEVASF e alheias à sua vontade, não for possível a execução dos serviços.

5.26 - Em qualquer caso de ocorrência de fatores de redução de produtividade, deverá ser apresentado à fiscalização demonstrativo do respectivo impacto na execução dos serviços, bem como o reflexo no valor da produtividade mínima.

5.27 - Os serviços de escritório objetivam a realização de análises especializadas a partir dos dados obtidos de levantamentos topográficos, quer realizados pela CONTRATADA, quer apresentados pelos órgãos e entidades contratadas ou auxiliadas pela CODEVASF, com a utilização de softwares específicos (incluindo-se as várias versões do software Cad e do software topográfico), a serem prestados nas dependências da CODEVASF ou no escritório local da CONTRATADA.

5.28 - Poderão ser objeto dos serviços de escritório, de forma exemplificativa: cálculo e detalhamento das movimentações de terra promovidas na execução das obras; cálculos de verificação de volumes; elaboração de plantas com indicação da localização das estacas; elaboração de relatórios fotográficos, de desenhos de seções transversais, de quadros de cubagem e de modelos digitais de terreno; operações de descarga de dados da estação total e de GPS (de navegação, topográfico ou geodésico); tratamento de bases de dados de topografia; demais informações técnicas pertinentes, conforme o caso, dependendo do item de serviço contemplado em cada Ordem de Serviço.

* 1. O GPS de navegação deve ser utilizado todos os dias para fins de comprovação do serviço em campo, conforme descrito abaixo:
     1. Registrar/Gravar *waypoint* (ponto) ao sair do escritório local da empresa ou lugar da hospedagem;
     2. Registrar/Gravar *waypoint* (ponto) ao chegar ao local dos levantamentos;
     3. Registrar/Gravar *waypoint* (ponto) ao sair dos locais dos levantamentos;
     4. Registrar o horário de parada para almoçar;
     5. Registrar o horário de retorno do almoço;
     6. Registrar/Gravar *waypoint* (ponto) ao chegar do escritório local da empresa ou lugar da hospedagem quando do retorno da equipe.
  2. - Todos os cálculos, desenhos e relatórios deverão, preferencialmente, ser elaborados durante a execução da Ordem de Serviço, quer seja nas dependências da CODEVASF quer seja no escritório local da empresa contratada e, para tanto, o topógrafo deverá proceder conforme item 5.3 deste Termo de Referência;
  3. A máquina fotográfica, o GPS de navegação e os croquis de campo devem ter data e horários sincronizados entre si para comprovação do dia de serviço; o croqui deve, ainda, indicar com clareza quais são os arquivos digitais a que o mesmo corresponde.
  4. A perda dos dados dos levantamentos de campo ou escritório implicará no não pagamento das diárias quando da realização da medição mensal, a não ser que sejam encaminhadas as devidas justificativas, por escrito, à fiscalização que poderá ou não aceitar tais explicações.

# CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

## Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, individuais, que atendam as exigências do TR e seus anexos.

## CONSÓRCIO

### Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio.

## SUBCONTRATAÇÃO

6.3.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos serviços objeto deste Termo de Referência.

## VISITA AO LOCAL DAS OBRAS

### A visita aos locais de prestação dos serviços **NÃO** será obrigatória, porém, recomenda-se aos licitantes que seja realizada uma visita e um estudo dos municípios onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, por intermédio de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

### É de inteira responsabilidade do licitante a verificação "in loco" ou análise através de estudo das condições físicas e das dificuldades dos locais e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.

### Os custos de visita aos locais das obras/serviços correrão por exclusiva conta do licitante.

### Em caso de dúvidas sobre a visita ao local onde serão executadas as obras/serviços os licitantes deverão contatar com a Gerência Regional de Engenharia, 6ª GRD da Codevasf, em Juazeiro/BA, nos telefones: 74 36146200 ou 36146224.

### **CASO** **A VISITA SEJA REALIZADA**, a declaração de que conhece o local onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças será obrigatoriamente emitida pela empresa licitante (Modelo de Declaração – Anexo II deste TR), através dos seus prepostos.

# PROPOSTA

## A Proposta de Preços deverá ser firme e precisa limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas não previstas neste TR e seus Anexos constitutivos.

## A Proposta de Preços constitui-se dos seguintes documentos:

1. Termo de Proposta contendo o valor global, para a execução dos serviços, que deverá constituir o primeiro documento da Proposta.
2. Nome e endereço completo da licitante, número de telefone, fax, C.N.P.J e qualificação (nome, estado civil, profissão, CPF, identidade e endereço) do dirigente ou representante legal, este mediante instrumento de procuração, que assinará o contrato no caso da licitante ser a vencedora;
3. Planilha de Custos dos serviços com todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante doAnexo III (Formulários PFS, PFS-I, PFS-II, PFS-III, PFS-IV, PFS-VI e PFS-VII) que é parte integrante deste TR, observando-se os preços máximos globais orçados pela Codevasf.

* Junto com a proposta, as Planilhas de Custos dos Serviçosdeverão ser apresentadas em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma;
* Os salários dos profissionais referidos nestes Termos de Referência não poderão ser inferiores ao piso estabelecido pela Lei nº4.950A/66 (caso dos engenheiros) ou aos pisos fixados pelos Conselhos Regionais de cada categoria profissional e em convenções, acordos ou dissídios coletivos de trabalho, onde houver. Nas localidades não abrangidas por esses instrumentos, os salários deverão ser compatíveis com os praticados no mercado e experiência exigida neste Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.

1. Detalhamento dos Encargos Sociais – Formulário PFS-VIII (ver Anexo III)

- No Quadro PFS-VIII, o Licitante deverá demonstrar os percentuais dos encargos sociais básicos definidos em legislação. Os grupos de encargos que recebem incidência e reincidência dos encargos básicos devem ser corretamente definidos.

1. Cronograma Financeiro – Formulário PFS-V (ver Anexo III).

- Em relação ao cronograma financeiro (Quadro PFS-V), não haverá parcela de mobilização, nem de desmobilização, em função da natureza dos serviços, que não envolve canteiro de obras, não exige transporte de máquinas/equipamentos pesados, com local de prestação de serviços próximo à sede do município de Juazeiro/BA.

## A Proposta deverá ser datada e assinada pelo representante legal do licitante, com o valor global evidenciado em separado na 1ª folha da proposta, em algarismo e por extenso, baseado nos quantitativos dos serviços descritos na Planilha de Custos da Codevasf, nela incluídos todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis, encargos sociais e previdenciários, lucro, despesas indiretas, custos relativos à mão-de-obra e ao transporte até o local dos serviços. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global ofertado.

## O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias contado a partir da data estabelecida para a entrega das mesmas, sujeito à revalidação por idêntico período.

## Não poderão ser considerados no Detalhamento das Despesas Fiscais, os tributos Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme recomendação do Tribunal de Contas da União, bem como a CPMF extinta a partir de 2008.O percentual do ISS deverá ser do município onde serão prestados os serviços. No caso de serviços que abrangem municípios distintos, para definição do ISS médio, deverá ser calculado com base na legislação de cada município e verificação de seu respectivo peso no volume dos serviços.

### No demonstrativo de despesas fiscais, deverá ser informado o regime de tributação, ou seja, se baseado no lucro real ou no lucro presumido.

### As alíquotas dos tributos devem estar em conformidade com a legislação vigente, considerando o regime de tributação de acordo com o perfil jurídico-fiscal da empresa licitante.

## O Licitante deverá prever custos com combustível, lubrificantes, manutenção, depreciação, licenciamento, seguro e impostos dos veículos em sua Proposta.

## As despesas relativas ao deslocamento da equipe deverão ser lançadas no Quadro PFS-IV (ver Anexo III).

## As despesas relativas aos serviços gráficos deverão ser lançadas no Quadro PFS-III (ver Anexo III).

# DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

## **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

### O Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

1. Registro ou inscrição da empresa no Conselho (CREA ou outro pertinente), demonstrando o ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência;
2. Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que o licitante tenha executado serviços topográ0ficos ou similares de porte e complexidade ao objeto desta licitação, executadas com técnicas semelhantes ou superiores às requeridas para execução serviços.
3. Entende-se por similares os serviços de porte e complexidade equivalentes àqueles que apresentam grandezas e características técnicas semelhantes às descritas no Item 5 deste TR, como serviços topográficos de estradas, adutoras, linhas de transmissão, ferrovias, barragens, movimentação de terra, etc.
4. Deverá (ão) constar do(s) atestado(s), em destaque, os seguintes dados:

Local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável (is) técnicos(s), seu(s) título(s) profissional (is) e número(s) de registro(s) no (informar o(s) conselho (os) que será (ão) aceito(s), como CREA; descrição técnicas sucinta indicando os serviços e quantitativos executados e o prazo final de execução.

1. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual ele tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:
2. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, todas as experiências atestadas serão reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas, na proporção quantitativa de sua participação no consórcio;
3. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.
4. Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente,detentor de atestado de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no seu determinado conselho ou CREA, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por este Conselho, que comprove ter o profissional executado serviço de Execução e/ou Elaboração de projeto de topografia em serviços de topográficos de estradas, adutoras, linhas de transmissão, ferrovias, barragens, movimentação de terra, etc.
5. Entende-se, para fins deste Termo de Referência, como pertencente ao quadro permanente:
   * O empregado;
   * O sócio;
   * O detentor de contrato de prestação de serviço.
6. O licitante deverá comprovar, através da juntada de:

* Cópia da ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, a condição de que o mesmo pertence ao quadro do licitante;
* Cópia do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional;
* Cópia de contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum; ou
* Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhado da anuência deste.

1. Quando se tratar de dirigente ou sócio do licitante tal comprovação será através do ato constitutivo do mesmo;
2. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.

# ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## Os recursos orçamentários em que correrão as despesas da presente contratação são oriundos do Programa de Trabalho: n.° 15.244.2029.7K66.0001 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional, sob a gestão da Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura (AD) da Codevasf.

## 9.2. O valor estimado para a contratação dos insumos, obras e serviços de engenharia objeto deste Termo de Referência, é de **R$ 726.947,90** (setecentos e vinte e seis mil, novecentos e quarenta e sete reais e noventa centavos) retirados do SINAPI/BA, com data-base de Setembro/2019, SBC/BA, com data-base de Outubro/2019 e cotações de mercado.

## Estão inclusos no valor acima, os custos indiretos, os encargos sociais e complementares, as taxas, os impostos e os emolumentos. Os quantitativos e orçamentação dos serviços constam da Planilha de Custos dos Serviços – Codevasf – Anexo III, parte integrante deste Termo de Referência.

## O valor estimado para a contratação foi elaborado com base no Sistema de Preços, Custos e Índices da Caixa Econômica Federal (SINAPI), para o estado da Bahia, na data-base de Setembro/2019, não desonerado, SBC/BA, com data-base de Outubro/2019, não desonerado e cotações de mercado, atendendo ao disposto na Lei nº 13.080, de 02/01/2015 (LDO 2015) e no Decreto nº 7.983, de 08/04/2013, já inclusos os custos indiretos, encargos sociais e complementares, taxas, impostos e emolumentos. Para os serviços e materiais não constantes nos sistemas de custos citados acima, foram efetuadas pesquisas de mercado, além de composição de preços unitários elaborados pela Codevasf.

### No orçamento de referência foram consideradas as seguintes taxas de BDI e Encargos Sociais:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| DESPESAS FISCAIS: | Serviços: 12,40%  ISS: 5,00% - PIS: 1,32% - CONFINS: 6,08%) | | Fornecimento: \_\_\_\_\_%  (PIS: \_\_\_% - CONFINS: \_\_\_\_%) | |
| ENCARGOS SOCIAIS: | 116,85% Horistas | | \_\_\_\_% Autônomos | |
| OUTROS: | | Custos de Administração: 12,58 % | | Remuneração da Empresa (Lucro): 8,00 % dos custos diretos |

## O orçamento estimado estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

# PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

10.1 Os prazos para execução dos serviços serão contados da data de assinatura da Ordem de Serviço expedida pela CODEVASF, com eficácia legal a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente na Codevasf, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, I, c/c §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93, conforme discriminado abaixo:

- 360 (trezentos e sessenta) dias consecutivos, contado a partir da data de emissão da Ordem de Serviço.

## 10.2 O prazo para vigência do contrato, contado em dias consecutivos, a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, será o prazo de execução do objeto informado acima, acrescido de mais \_\_90\_\_ dias para expedição do Termo de Encerramento Físico dos serviços, perfazendo um total de \_\_450\_\_ dias.

10.3 Os prazos de início das etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto contratado admitirão prorrogação, mantidos as demais cláusulas do contrato e assegurada à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

a) Alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

b) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, que altere as condições de execução;

c) Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e interesse da Administração;

d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato;

e) Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração;

f) Omissão ou atraso de providencias a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato.

10.4 A cada prorrogação a CONTRATADA deverá apresentar prova de quitação de débitos com tributos (Fazenda Federal, Estadual e Municipal), Previdência Social (CND) e FGTS.

10.5 Qualquer pedido de aditamento de prazo, no interesse da CONTRATADA, somente será apreciado pela CODEVASF se manifestado expressamente, por escrito, até 60 (sessenta) dias antes do vencimento do Contrato.

# FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11. 1. Os pagamentos dos serviços serão efetuados em reais, com base nas medições mensais, dos serviços efetivamente executados, obedecendo aos preços unitários apresentados pela contratada em sua proposta, e contra a apresentação da Notas Fiscal, devidamente atestada pela fiscalização da Codevasf, formalmente designada e do respectivo Boletim de medição referente ao mês de competência, observando-se o disposto nos subitens seguintes:

11.1.1 Nos preços unitários apresentados pela Licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução das obras e dos serviços, de acordo com as condições previstas no Edital e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.

11.1.2. A Codevasf somente pagará a Contratada pelos serviços efetivamente executados, os preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, a incidência de reajustamento e reequilíbrio econômico financeiro e atualização financeira.

11.2 - A CODEVASF pagará à Contratada mediante apresentação de faturas mensais que virão acompanhadas de Relatório Mensal de Execução dos Serviços, Nota Técnica do Gestor de Contrato atestando a qualidade dos serviços executados pela Contratada e comprovantes de recolhimento de encargos sociais. Serão medidos os dias trabalhados por jornada de oito horas diárias da equipe fornecida, não sendo previstas, nem autorizadas horas adicionais a título de hora extra, nem a execução de trabalhos em feriados ou finais de semana e, só será pago a hora efetivamente trabalhada com a presença de todos os itens que compõem a equipe, dentro do especificado neste Termo de Referência (item 5).

11.3 - Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela.

1. - Se atestada a conformidade dos serviços prestados e satisfeitas as exigências contratuais, a Contratada apresentará os respectivos documentos de cobrança.

(II) - O atestado a que se refere a alínea anterior será expedido dentro de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da apresentação dos relatórios de serviços.

11.4 - Atendido o disposto nos itens anteriores a CODEVASF considerará como data de adimplemento a data útil seguinte do atesto – pela fiscalização - do documento de cobrança, a partir da qual será iniciada a contagem de prazo, observando-se que:

- Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluído o dia do vencimento;

- É de inteira responsabilidade da Contratada a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos, de forma clara, objetiva e ordenada. O não atendimento implicará em desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos para conferência e pagamento.

11.5 - Para efeito de apuração do valor de cada parcela devida serão aplicados os preços ofertados na Proposta Financeira da Contratada, observando-se o que se segue:

- Os custos referentes à EQUIPE DE TOPOGRAFIA E EQUIPAMENTOS serão medidos e pagos mensalmente através da qualidade do atendimento, com base na medição dos dias efetivamente trabalhados em campo, comprovados pela fiscalização por meio da entrega dos dados dos levantamentos e dos relatórios obrigatoriamente apresentados a fiscalização.

11.6 - Considera-se que a aplicação da forma de pagamento definida nestes Termos de Referência remunera inteiramente a Contratada pela execução dos Serviços, incluindo:

a) Custo de mão-de-obra, salários, acordos e dissídios coletivos;

b) Custos devido a títulos de encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, securitárias, rescisão de contrato de pessoal, conforme a legislação brasileira;

c) Despesas diretas e indiretas;

d) Fornecimento dos equipamentos, aparelhos, ferramentas e acessórios necessários a execução dos serviços descritos;

e) Deslocamento dentro da área de abrangência da 6ª Superintendência para entrega de trabalhos, com o uso do veículo especificado incluindo manutenção e combustíveis por conta da Contratada;

f) Fornecimento de EPI’s;

g) Programas, aplicativos específicos e hardware para a execução dos serviços em campo e escritório e treinamento de pessoal;

h) Taxa de administração e Despesas fiscais.

11.7 - Não será faturável serviço algum que não se enquadre nas formas de pagamento estabelecidas nestes Termos de Referência, ou que não seja executado em plena conformidade com os mesmos.

11.8 - Sendo identificada cobrança indevida na Nota Fiscal, a Fiscalização poderá, a seu juízo, fazer a glosa dos valores indevidos ou solicitar formalmente à Contratada a reapresentação da Nota Fiscal corrigida. Em cada medição, poderá ser feita dedução relativa a multas contratuais eventualmente incorridas.

11.9 – Quando da apresentação dos documentos para a realização da medição pela contratada, a mesma deverá comprovar que o valor dos salários pagos aos profissionais contratados para a prestação de serviços à Administração corresponda ao constante da proposta formulada na licitação, conforme prevê o **Acórdão n.º 1009/2011-Plenário, TC-022.745/2009-0, rel. Min. Ubiratan Aguiar, 20.04.2011.**

# REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

## Os preços permanecerão válidos pelo período de um ano, contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados, de acordo com a variação do índice setorial publicado na revista “Conjuntura Econômica” da Fundação Getúlio Vargas, correspondente à coluna 39 (Custo Nacional da Construção Civil) - Serviços de Consultoria, aplicando-se a seguinte fórmula:

Onde:

*R* = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I1 = índice correspondente ao mês de aniversário da proposta;

I0 = índice inicial correspondente ao mês de apresentação da proposta.

# ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

## A contratada deverá disponibilizar sistema de navegação GPS portátil para uso da equipe.

## A contratada deverá manter escritório provido de todos os equipamentos destinados a processamento de imagem, edição e plotagem.

## A contratada deverá fornecer os veículos apropriados para locomoção dos profissionais em serviços de campo.

## A contratada deverá fornecer todas as condições para que a sua equipe execute os serviços com segurança e logística para atenderem a necessidade da fiscalização da Codevasf.

## A contratada deverá fornecer 2 (duas) estações totais, incluso acessórios equipamentos auxiliares para as equipes de topografia e incluso nos custos mensais das mesmas.

## A contratada deverá fornecer máquinas fotográficas digitais com resolução igual ou superior a 12 megapixels, para equipe, conforme a necessidade.

## A contratada deverá fornecer um projetor tipo multimídia.

## A contratada deverá fornecer telefones celulares corporativo, conforme a necessidade, para a devida comunicação entre os funcionários da equipe de fiscalização e a Codevasf.

## A contratada deverá fornecer notebook com configurações adequadas para desenvolver os trabalhos requeridos conforme objeto.

## A contratada deverá fornecer plotters e impressoras jato de tinta multifuncional com scanner e xerox e cartuchos para os escritórios das obras, bem como uma impressora a laser colorida e toners para o escritório.

## 

## A contratada deverá montar escritório na cidade cede da 6ª superintendência da Codevasf, em Juazeiro-Ba.

## A contratada deverá fornecer diárias com alimentação e hospedagem para os profissionais em trânsito, ou seja, que prestam serviços em vários municípios, conforme formulário FPRO-VIII anexo.

## A contratada deverá fornecer alimentação para os funcionários lotados no escritório.

## A contratada deverá fornecer EPI para todos os funcionários, conforme a necessidade, como: botinas, capacetes, protetores auriculares, uniformes, creme para pele com protetor solar e etc.

## A contratada deverá apresentar mensalmente uma programação das ações do mês subsequente para ser autorizada pelo fiscal da Codevasf e quaisquer ações urgentes deverão ser solicitadas e autorizadas pela Codevasf previamente.

# ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS

## Elaboração de Plano de Trabalho a ser aprovado pela fiscalização contendo o Plano de Logística da contratada para execução dos serviços abaixo, contendo a sequência de etapas/fases/tarefas, mensurando o tempo a ser gasto em cada uma e os recursos materiais e humanos envolvidos:

1. Levantamentos planialtimétrico, planimétricos ou altimétricos, na atualização do cadastro das obras em Geral (As Built), de áreas, eixos de adutoras, emissários, interceptores, redes coletoras, cadastro, aguadas, estradas, barragens etc., bem como quaisquer outros serviços topográficos solicitados e com os equipamentos previstos, devendo ser entregues em meio digital e impresso (cadernetas - quando do uso de nível automático, desenhos, etc.), com desenhos em escala adequada ao seu objetivo ou conforme a NBR 15777/09, quando couber. Os formatos das pranchas dos desenhos, bem como os carimbos padrões serão fornecidos pela fiscalização da CODEVASF.

## **Elaboração de relatórios mensais de progresso das ações desenvolvidas, ou seja, trata-se de um** documento a ser apresentado pela contratada, que traduz o resultado mensal dos serviços ou de componente dos serviços, com fotografias digitais do andamento dos empreendimentos.

## **Relatório de acompanhamento técnico de obras ou serviços sob responsabilidade da CODEVASF as quais a contratada seja requisitada para acompanhar através de serviços de topografia –** deverá ser entregue mensalmente junto à medição da Construtora**.**

## **Relatório de acompanhamento de serviços –** deverá ser entregue mensalmente junto à medição da CONTRATADA.

## **Relatório Final** - documento de produção previsto ao término dos trabalhos, de qualquer contrato de obras ou serviços que contratada acompanhe ou não, no qual a contratada deve apresentar o relato de todos os serviços executados. Elaborar os Relatórios Finais com os desenhos “as built”.

## Todos os relatórios técnicos de campo e de serviços de escritório serão submetidos à aprovação da Fiscalização, para verificação da aderência às obrigações contratuais, inclusive quanto às estabelecidas neste Termo de Referência.

14.6. Todos os cálculos, desenhos e relatórios deverão, preferencialmente, ser elaborados durante a execução da Ordem de Serviço, quer seja nas dependências da CODEVASF quer seja no escritório local da empresa contratada e, para tanto, o topógrafo deverá proceder conforme item 5.3 deste Termo de Referência;

# APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

## Os trabalhos de natureza técnica deverão observar as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

## As normas, em qualquer hipótese, antes de sua aplicação, estarão sujeitas à aceitação pela Codevasf.

## A Redação da documentação pertinente será obrigatoriamente apresentada na Língua Portuguesa, excluídos os eventuais termos técnicos específicos.

## Encadernação - a encadernação dos relatórios parciais e específicos poderá ser em espiral, capa dura ou garra plástica.

## A encadernação do Relatório Final deverá ser do tipo “capa-dura”, não sendo aceita com garras plásticas.

## Os Relatórios de Execução de Serviços (Mensal, Anual e Final), bem como relatórios específicos solicitados, deverão ser emitidos pela Contratada em duas vias impressas e em meio digital.

# FISCALIZAÇÃO

## A fiscalização dos serviços será feita por empregado formalmente designado, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram e competências definidas no Manual de Contrato.

## Fica assegurado aos técnicos da Codevasf o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou por meio de terceiros, da execução dos serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.

## A fiscalização deverá acompanhar a execução dos serviços objeto do contrato, como representante da Codevasf, de forma a garantir o cumprimento do que foi pactuado, observando para que não haja subcontratação de serviços vedados no instrumento assinado pelas partes.

## Deverá esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas pelo preposto/representante da contratada ou, quando não estiverem sob sua alçada, encaminhá-las a quem compete.

## Deverá checar se a contratada disponibilizou os equipamentos e recursos humanos previstos para a execução dos serviços.

## Exigir atuação em conformidade com o instrumento do contrato, cobrando a presença de técnicos no local da prestação dos serviços, emissão de relatórios, boletins ou outros documentos que se façam necessários ao fiel cumprimento do objeto.

## Solicitar da CONTRATADA a relação de empregados contratados e terceirizados, com as seguintes informações: nome completo, cargo ou função, valor do salário, número do RG e do CPF.

## Acompanhar o cumprimento, pela CONTRATADA, do cronograma físico-financeiro pactuado, encaminhando ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, eventuais pedidos de modificações solicitados pela contratada.

## Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão dos serviços ou em relação a terceiros, cientificando-a da possibilidade de não conclusão do objeto na data aprazada, com as devidas justificativas.

## Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o instrumento contratual.

## O fiscal do contrato terá 05 (cinco) dias úteis para analisar os relatórios e documentos apresentados pela contratada, contados do dia seguinte do recebimento destes.

## Analisar e aprovar os relatórios mensal e final constantes do item 14. Os relatórios e documentos não aprovados serão devolvidos para as correções e complementações necessárias, de acordo com as análises encaminhadas à contratada.

## Notificar a contratada sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação.

## Manter em arquivo organizado memória de cálculo dos quantitativos de serviços executados e os consequentes boletins de medição com vistas a atender demandas de órgãos de controle interno e externo.

## Atestar as notas fiscais e encaminhá-las ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências quanto ao pagamento.

## Receber e encaminhar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências, os pedidos de reajuste/repactuação e reequilíbrio econômico financeiro.

## Manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar processo ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual.

## Analisar e emitir nota técnica referente aos pedidos de prorrogação de prazos, de interrupções na execução do objeto, de serviços extraordinários, de modificações no projeto ou alterações relativas à qualidade, à segurança e outras, de modo a subsidiar a decisão final pela autoridade competente.

## Informar à unidade de finanças, mediante Termo de Encerramento Físico – TEF, quanto ao término da vigência do contrato, para providências do sentido de liberação da garantia contratual em favor da contratada.

## Receber as etapas dos serviços mediante medições precisas e de acordo com as regras contratuais.

## Informar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante as ocorrências relacionadas à execução do contrato que ultrapassarem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados.

## Receber, provisória e definitivamente, os serviços sob sua responsabilidade, mediante recibo ou Termo Circunstanciado, quando não for designada comissão de recebimento ou outro empregado.

## Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais tenha sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

## A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

## A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a CONTRATADA mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

# RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

## Para a finalização dos trabalhos e, respectiva emissão, por parte da CODEVASF, do Termo de Encerramento Físico e do Atestado de Capacidade Técnica, além da liberação da caução contratual, a CONTRATADA deverá apresentar todos os relatórios exigidos no item 14 deste TR, analisados e aprovados pela CODEVASF.

### Após o término dos serviços objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à FISCALIZAÇÃO, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data de sua solicitação.

### Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido pela FISCALIZAÇÃO um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.

### Após o recebimento provisório do objeto pela FISCALIZAÇÃO, será designado Servidor ou Comissão para o recebimento definitivo do objeto, que deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias da data de sua designação.

### Na hipótese da necessidade de correção, o Servidor ou Comissão estabelecerá um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.

### Aceitos e aprovados os serviços, será emitido o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da garantia.

### O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela execução dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos neste Termo de Referência, por parte da CONTRATADA.

### Após a emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF), o Diretor ou Gerente-Executivo da Área correspondente, no caso de contratos firmados pela Sede, ou o Superintendente Regional, para os contratos firmados pelas Superintendências Regionais, emitirá, caso solicitado, o Atestado de Capacidade Técnica declarando a qualidade e o desempenho dos serviços prestados pela Contratada.

### A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:

a) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);

b) Emissão do Atestado de Capacidade Técnica;

c) Liberação da Caução Contratual.

### A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

# SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

## A Contratada deverá atender à legislação pertinente à proteção da integridade física e da saúde dos trabalhadores durante a realização dos serviços, conforme dispõe a Lei nº 6.514 de 22/12/1977, Portaria nº 3.214, de 08/06/1978, do ISSO e deverá:

1. Cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho – NRs, pertinentes à natureza dos serviços a serem desenvolvidos;
2. Elaborar os Programas PPRA e PCMSO, além do PCMAT nos casos previstos na NR-18;
3. Manter nos Eixos, o SESMT conforme dimensionamento disposto no Quadro II da NR-4.

# CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A Contratada, quando da execução dos serviços de acompanhamento dos objetos relacionados neste TR, deverá atender às diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, que regulamentou o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21/06/1993.Em seu art. 4º, o Decreto nº 7.746 que estabelece como diretrizes de sustentabilidade critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais. São diretrizes de sustentabilidade, entre outras e observar as disposições do Art. 4º - § 1º da Lei 12.462/11, especialmente, as normas relativas à:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelos serviços contratados;

II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e recursos naturais;

IV - avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelos serviços contratados.

**§ 2o** Se houver a aquisição de bens, a CONTRATADA deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:

a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

c) que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

d) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of. Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

§ 3o O impacto negativo sobre os bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados deverá ser compensado por meio de medidas determinadas pela autoridade responsável, na forma da legislação aplicável.

OBS: Art. 5o  do Dec. 7.581/11 - O termo de referência, projeto básico ou projeto executivo poderá prever requisitos de sustentabilidade ambiental, além dos previstos na legislação aplicável.

# OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

## A CONTRATADA deverá apresentar à Codevasf antes do início dos trabalhos, os seguintes documentos:

1. Plano de Trabalho a ser aprovado pela fiscalização contendo o Plano de Logística da contratada para execução dos serviços, contendo a sequência de etapas/fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, mensurando o tempo a ser gasto em cada uma e os recursos materiais e humanos envolvidos, conforme o subitem 14.1.
2. Cronograma físico-financeiro, detalhado e adequado ao Plano de Trabalho referido na alínea acima. O cronograma deverá ser atualizado antes do início efetivo dos serviços, em função do planejamento previsto pela Contratada e dos fornecimentos de responsabilidade da Codevasf, e atualizado/revisado periodicamente conforme solicitação da fiscalização.
3. As Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº. 6.496/77, juntamente com o registro dos responsáveis técnicos pelos serviços objeto desta licitação, conforme Resolução n° 317 de 31/10/86.
4. Relação dos serviços especializados que serão subcontratados, considerando as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

d1) A CONTRATADA ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços, deverá comprovar perante a Codevasf a regularidade jurídico/fiscal e trabalhista de sua subcontratada, respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato, e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo ou função gratificada na Codevasf.

## A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal – CADIN, conforme disposto no Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

## Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e Coordenador dos trabalhos, nos escritórios da CONTRATANTE em Brasília – DF (ou Superintendência Regional).

## Acatar as orientações da Codevasf, notadamente quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho.

## Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal até o local dos serviços.

## Utilização de pessoal experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.

## Colocar tantas frentes de serviços quantos forem necessários (mediante anuência prévia da fiscalização), para possibilitar a perfeita execução dos serviços dentro do prazo contratual.

## Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão-de-obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a Codevasf, necessária à execução dos serviços objeto do contrato.

## Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA.

## A CONTRATADA deve assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

## Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da Codevasf.

## Na hipótese de eventuais Termos Aditivos, que venham acrescentar o valor da contratação, a contratada deverá reforçar a caução inicial durante a execução dos serviços contratados, de acordo com a cláusula contratual, que trata sobre “CAUÇÃO”.

## A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade CONTRATANTE e dos órgãos de controle interno e externo.

## Caso a contratada seja registrada em região diferente daquela em que serão executados os serviços objeto deste TR, deverá apresentar visto, novo registro ou dispensa de registro, em conformidade com disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução CONFEA nº 336 de 27 de outubro de 1989.

## A Contratada será responsável por quaisquer acidentes de trabalho referentes a seu pessoal que venham a ocorrer por conta do serviço contratado e/ou por ela causado a terceiros.

## Corrigir os serviços rejeitados pela Fiscalização dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com todas as despesas necessárias.

## Caberá à CONTRATADA obter e arcar com os gastos de todas as licenças e franquias, pagar encargos sociais e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.

## Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a Codevasf e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por danos resultantes do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a Codevasf isenta de quaisquer penalidades e responsabilidades de qualquer natureza pela infrigência da legislação em vigor, por parte da CONTRATADA.

## A CONTRATADA será responsável, perante a Codevasf, pela qualidade do total dos serviços, bem como pela qualidade dos relatórios/documentos gerados, no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais.

## A CONTRATADA deverá tomar todas as providências para proteger o meio ambiente, nos âmbitos interno e externo ao local de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da Fiscalização, além de evitar danos e aborrecimentos às pessoas e/ou propriedades privadas ou públicas.

## A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/15, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

## A CONTRATADA entende e aceita que é condicionante para na execução das obras e serviços de engenharia objeto da presente licitação atender ainda às seguintes normas complementares:

1. Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas da Codevasf.
2. Normas técnicas da ABNT e do INMETRO, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.

## A Contratada deverá disponibilizar para a equipe de Fiscalização da Codevasf, veículo, em estado novo, de no máximo dois anos de fabricação, para essa finalidade, de cor preferencialmente branca, com os dizeres conforme especificação da Codevasf, sendo que ao final das obras o veículo será devolvido à contratada.

## A CONTRATADA deverá disponibilizar também veículos para equipe técnica conforme especificações constantes das Planilhas de Preços e Quantidades que integram o presente Termo de Referência.

## Os veículos deverão ser identificados com as seguintes inscrições, em atendimento à Resolução nº 9.674/01 – Codevasf:

|  |
| --- |
| **CODEVASF**  VEÍCULO A SERVIÇO DA CODEVASF  EQUIPE DE TOPOGRAFIA |

## Ficará a contratada responsável pela cobertura das despesas com combustível e serviços gerais de manutenção dos veículos previstos nos subitens20.23 e 20.24, durante todo o período de execução serviços, sendo que os custos das despesas estão previstos na Planilha Orçamentária.

## Estes automóveis podem ser próprios da Contratada e/ou de empresa locadora legalmente constituída.

## A Contratada deverá repor os veículos (automóvel) sem condições de uso no prazo máximo de 24 horas.

# OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

## Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.

## Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.

## Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.

## Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.

## Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.

## Emitir parecer para liberação das faturas, e receber as obras e serviços contratados.

## Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

# CONDIÇÕES GERAIS

## Todo o acervo de dados, assim com as estatísticas geradas de forma individual e coletiva e todo o material produzido e compilado durante a execução do Contrato serão de propriedade da Codevasf, e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização desta.

## Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

# ANEXOS

São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência, CD-ROM contendo:

* Anexo I: Justificativas
* Anexo II: Modelo de Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços
* Anexo III: Proposta.

Anexo I: Justificativas

**Finalidade:** este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade da obra ou serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

**Justificativas:**

**Da necessidade da contratação**

Tendo em vista a expansão considerável da área de atuação da 6ª superintendência regional, passando de 27 para 147 municípios, somado a crescente demanda por obras e serviços de desassoreamento de aguadas, perfuração e Instalação de poços, construção de Barragens, melhoria de infra-estrutura em geral como pavimentação ou mesmo de melhoramento da oferta hídrica, assim como, tendo-se em vista que a Codevasf não possui em seus quadros funcionários suficientes que possam atender a necessidade/demanda de levantamentos topográficos para elaboração de projetos e acompanhamento da fiscalização destas obras e serviços, que pelas suas características são bastante dispersas, faz-se necessário a realização de procedimento licitatório.

**Regime de execução: Empreitada por Preços Unitários**: preço certo de unidades determinadas. O pagamento será por medições das unidades efetivamente executadas.

Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela contratada.

**Permite Participação de Consórcios**: Não será permitida, na presente licitação, a participação de empresas em consórcio, tendo em vista, que o objeto em questão não é considerado de alta complexidade ou vulto, sendo, portanto, improvável a geração de algum fator técnico, operacional ou econômico, que venha privar a participação de empresas consideradas do ramo para execução do presente objeto.

**Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual**, no caso de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro.

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo superior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

**Desapropriação**: Não aplicável (ou) No projeto foram identificados e regularizados os imóveis que serão atingidos diretamente pelas obras.

**Critério de Julgamento**: Menor preço

**Divulgação do valor orçado:**

**Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU – Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.**

**Sustentabilidade Ambiental**: Serão atendidos os requisitos previstos na legislação, quando aplicável.

Na execução dos serviços deverão ser atendidos os requisitos estabelecidos nas licenças ambientais do empreendimento, podendo ser previstos na licitação requisitos de sustentabilidade ambiental, além dos previstos na legislação aplicável; ou

Não será exigida licença ambiental para a referida licitação.

**Garantia do Objeto**: A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

**Garantia de Execução (caução)**: É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

**Qualificação Técnica:** As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços de engenharia com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

**Divulgação do valor orçado: Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU – Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.**

Anexo II: Modelo de Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

O Licitante (NOME DA EMPRESA), inscrito no CNPJ/MF nº (CNPJ DA EMPRESA), por seu representante legal (ou responsável técnico) abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei, de que conhece o local onde serão executadas as obras, se inteirou dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, e que os preços a serem propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução das obras, tendo obtido todas as informações necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

Cidade, \_\_\_/\_\_\_/201\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal

Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Anexo III: Proposta

**PROPOSTA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

**(PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, QUADROS E COTAÇÕES)**

**(GRAVADAS EM ARQUIVOS SEPARADOS)**